

# Redução de precatórios é desafio para o RS

Com correção monetária pela inflação, estoque da dívida é superior a R\$ 16 bi há 10 anos; R\$ 2,8 bi foram pagos em 2025

## /CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalar  
bolivarc@jcrs.com.br

Desde 2015, o passivo do Rio Grande do Sul com precatórios é superior, em valores reais - ou seja, corrigidos pela inflação acumulada no período -, a R\$ 16 bilhões. Apesar disso, em 2025 o governo gaúcho conseguiu reduzir o estoque nominal pela primeira vez em quatro anos, atualmente totalizando R\$ 16,633 bilhões.

Com a correção inflacionária, o maior montante já acumulado na última década foi em 2018, quando o Estado devia R\$ 15,296 bilhões, equivalente a R\$ 22,202 bilhões a custo de hoje. O último ano em que o estoque real foi inferior a R\$ 16 bilhões foi em 2014, com R\$ 14,67 bilhões ajustados pelo índice oficial da inflação (IPCA), ou R\$ 8,06 bilhões em valores nominais, quando se desconsidera a inflação.

Os precatórios são requisições de pagamento expedidas pela Justiça para cobrar de municípios, de estados ou da União, ou de autarquias e fundações, valores devidos após definida condenação judicial.

Há duas modalidades principais de pagamento de precatórios:

por ordem cronológica e acordos. No caso deste último modelo, o credor e o ente devedor chegam em um consenso formal para que o precatório seja pago com deságio - desconto aplicado a um valor nominal - de 40%. Assim, o beneficiário recebe menos do que o total do montante devido, mas antes do que receberia pela ordem cronológica.

Em 2025, foram pagos R\$ 2,8 bilhões em precatórios, sendo que, do total, R\$ 1,1 bilhão foi pago na modalidade de acordos - com deságio de 40% -, R\$ 1,5 bilhão na modalidade de ordem cronológica, além de R\$ 141 milhões que foram compensados com dívida ativa e R\$ 126 milhões por meio de sub-rogações.

A estratégia do governo gaúcho para pagar estas dívidas é por meio de empréstimos bancários. No ano passado, houve o ingresso de R\$ 1,4 bilhão da operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para pagamentos de precatórios, além de R\$ 1 bilhão captado junto a bancos privados para o mesmo fim.

Ainda em 2025, foi promulgada no Congresso Nacional uma emenda constitucional que cria regras e estabelece um pagamento escalonado aos credores, derru-

## Evolução do estoque da dívida do Rio Grande do Sul com precatórios (em bilhões de Reais)

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA



ba o prazo para a quitação deste passivo até 2029 e muda o indexador da dívida. Pela emenda, que passa a vigorar efetivamente neste ano, quanto maior o estoque de precatórios em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), maior o percentual que o ente deverá destinar para esta finalidade.

No caso gaúcho, a RCL de 2025 totalizou 65,2 bilhões, após um acréscimo de R\$ 5,2 bilhões em

relação ao ano anterior. Se considerados os R\$ 16,633 bilhões da dívida com precatórios, o estoque representaria 25,4% da receita corrente líquida, o que colocaria o Estado na faixa que determina que destine, em 2026, 2% de sua RCL para o pagamento deste passivo.

Acontece que a emenda constitucional também determina que são desconsiderados no cálculo do estoque os valores já depositados

pelo Estado em uma conta específica para que o Tribunal de Justiça efetue pagamento de precatórios. Diante disso, a relação dívida de precatórios com RCL fica inferior a 25%, fazendo com que o neste ano o governo gaúcho precise destinar 1,5% de sua RCL para o pagamento de precatórios, mesmo percentual que estava estabelecido antes da promulgação da emenda constitucional.

## Vereadores de Porto Alegre encerram primeira etapa de debates sobre Plano Diretor

### /CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Luana Pazutti  
luana.pazutti@jcrs.com.br

Os vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre realizaram ontem a segunda sessão de discussão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Com isso, encerra-se a primeira etapa de deliberações da matéria. Isto é, a partir de agora, os parlamentares não podem mais protocolar emendas - mesmo com as 18 assinaturas.

"Porto Alegre tem mais de 100 mil imóveis vazios", afirmou a líder da oposição ao governo de Sebastião Melo (MDB) na Casa, Karen Santos (PSOL). A vereadora utilizou seu tempo na tribuna para criticar o texto, que, segundo ela, prioriza os interesses na construção civil.

"A gente precisa de uma reforma urbana radical que coloque esses imóveis vazios à disposição

das pessoas. A gente não pode pautar o desenvolvimento de uma cidade pensando na acumulação do capital financeiro de meia dúzia de conglomerados que vão concentrar cada vez mais imóveis, capital e poder", defendeu a vereadora.

"Política é coerência", afirmou o vereador Professor Vitorino (MDB), que deixou a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos no último mês para retornar ao Legislativo. "A gente precisa adensar sim com critérios. Tem que ser muito bem avaliada, mas tem que verticalizar, porque é justo que se traga a população mais pobre para mais perto do Centro. Eu ouvi uma vereadora falar que tem X prédios vazios no Centro, e está certo, tem mesmo. Mas é ali que as pessoas devem morar", contrapôs o representante da base.

Para a vereadora Juliana de Souza (PT), contudo, a proposta apresentada pelo Executivo agrava a vulnerabilidade da capital

gaúcha perante eventos climáticos extremos e propõe um adensamento incompatível com a infraestrutura de Porto Alegre. "Esse projeto não encara de frente os verdadeiros problemas dessa cidade, que é enfrentar as áreas de risco e garantir proteção e dignidade para o nosso povo", defendeu.

"Precisamos enfrentar as raízes do problema. Se hoje tem pessoas que vivem em áreas de risco, não é por opção, é por falta de opção", afirmou o vereador Giovani Culau (PCdoB), que ainda listou as consequências do texto, caso seja aprovado na maneira como está. Entre elas, citou riscos às florestas urbanas, a possível suspensão dos gravames de zonas especiais de interesse social e uma intensificação dos efeitos das mudanças climáticas.

Em contrapartida, Ramiro Rosário (Novo) defendeu a proposta, exaltando as oportunidades de ação social geradas pela construção civil e criticando os oposi-

tores da proposta. "A especulação financeira neste país acontece graças à esquerda. É uma mentira falar que o adensamento é um mecanismo de exclusão. Pelo contrário, se defendemos o adensamento na região central da cidade, é para baratear o custo da venda de imóveis. Eu não quero que o mais pobre fique na periferia. Eu quero que o mais pobre possa morar na região central", afirmou.

A ex-presidente da Casa, Comandante Nádia (PL), também criticou o bloco de oposição, afirmando que estes parlamentares agem com "contradição" e "hipocrisia". "Uma grande parte da esquerda não quer resolver o problema, chegam a falar de imóveis fechados. É desordem urbana que essa gente quer", afirmou.

Para a liberal, "moradia digna não nasce de invasão". "Moradia digna nasce de planejamento e de políticas que deem resultado, e é isso que Porto Alegre está fazendo através do Plano Diretor. Quan-

do uma cidade aprova um Plano Diretor, essa cidade tem direção. Chega de romantizar invasão e desordem. Precisamos de menos discurso e mais resolução", defendeu Nádia.

O vereador Márcio Bins Ely (PDT), que se posiciona como independente ao governo de Melo na Casa, defendeu que está mais do que na hora de uma revisão do documento. "Precisamos ter uma constante revisão dos regramentos da vida em sociedade e a espinha dorsal do desenvolvimento urbano é o Plano Diretor", afirmou o vereador.

Com a conclusão da segunda sessão de discussões sobre a matéria, o próximo passo será o debate das mais de 518 emendas presentes no projeto. Os dois blocos da Casa têm quórum para destaca-las. Há inclusive a possibilidade de solicitar a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada anteriormente pela Comissão Especial do Plano Diretor.